



Fórum de Direito Urbano e Ambiental - FDU

Belo Horizonte, ano 15, n. 89, set./out. 2016

Doutrina

Artigos

- ◆ Pagamento por serviços ambientais
Bruno Moraes Faria Monteiro Belém
- ◆ As Unidades de Conservação em Minas Gerais
Eunice França de Oliveira
- ◆ Regularização fundiária urbana: instrumentos jurídicos para a implementação de políticas habitacionais sob território público
Fátima Maria Lyra Cavalcante
- ◆ Biodiversidade e responsabilidade civil por dano ambiental: risco criado ou risco integral?
Paulo Campanha Santana
- ◆ Os princípios, objetivos, instrumentos e a responsabilidade civil na Lei da Política Nacional dos Resíduos Sólidos lesivos ao meio ambiente
Poliana Moreira Delpupo

Jurisprudência Seleccionada

Acórdãos na Íntegra

- ◆ **Superior Tribunal de Justiça**
Processo Civil – Conflito positivo de competência – Rompimento da Barragem do Fundão em Mariana/MG – Danos socioambientais – Rio Doce – Ações Cíveis Públicas aforadas no Juízo Estadual e na Justiça Federal de Governador Valadares/MG – Bem público pertencente à União – Competência da Justiça Federal – Foro competente – Situação de multiconflitosidade – Impactos regionais e nacionais – Conexão entre as Ações Cíveis Públicas
- ◆ **Superior Tribunal de Justiça**
Processo Penal e Penal – Recurso Especial – Pesca em local e época proibida – Não apreensão de peixes – Apreensão de petrechos proibidos na atividade de pesca – Aplicação do princípio da insignificância – Impossibilidade
- ◆ **Tribunal Regional Federal da 3ª Região**
ção Popular – Ambiental – Instalação de aterro sanitário – Concessão de autorização pelos órgãos estaduais, mediante expedição de licença para implementação do empreendimento, inclusive com determinação de recomposição por meio de compensação pelos danos causados – Prova técnica a ratificar a observância das diretrizes normativas e de segurança para operação do aterro sanitário – Afastada

omissão fiscalizadora do IBAMA, à medida que a sua não manifestação, ao tempo dos atos de avaliação, decorreu de falha administrativa dos entes estaduais – Parecer ratificando a legalidade e viabilidade de operação do aterro – Improcedência ao pedido

◆ **Tribunal Regional Federal da 4ª Região**

Ambiental – Ação Civil Pública – Área de Preservação Permanente – Código Florestal (Lei nº 4.771/65) – Dever de restauração da área degradada – Recuperação in natura – Medida suficiente para a recomposição do meio ambiente afetado – Inexistência de razões para impor, cumulativamente, o dever de indenizar em pecúnia o dano perpetrado pelo infrator

◆ **Tribunal Regional Federal da 5ª Região**

Administrativo – Ambiental – Ação Civil Pública – Possível edificação em Área de Preservação Permanente – Mangue – Direito à Moradia – Ausência de prova pericial – Casa autuada que se encontra em local com elevado grau de urbanização – Demolição – Irrazoabilidade

Ementário

- ◆ Ação Civil Pública
- ◆ Animal Silvestre
- ◆ Área de Preservação Permanente
- ◆ Crime Ambiental
- ◆ Dano Ambiental
- ◆ Infração Ambiental
- ◆ Licença Ambiental
- ◆ Responsabilidade Objetiva

Tendências Jurisprudenciais

- ◆ Área de Preservação Permanente
- ◆ Constitucional
- ◆ Infração Ambiental